



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CRA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito do Plano Safra 25/26, programa do Governo Federal que oferece linhas de crédito e incentivos para o setor agropecuário, visando apoiar a produção e a comercialização de alimentos, para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, especialmente da agricultura familiar e empresarial, por meio do oferecimento de crédito rural, apoio à comercialização, investimentos em inovação, seguro agrícola e assistência técnica.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Ministério da Fazenda;
- representante Ministério da Agricultura, Pecuária;
- representante Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- representante Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- representante Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- representante Associação Brasileira de Produtores de Soja (APROSOJA).



JUSTIFICAÇÃO

A atividade agropecuária no Brasil enfrenta atualmente desafios significativos decorrentes da instabilidade climática e econômica, o que exige políticas públicas robustas, previsíveis e construídas com base na realidade do campo. Nesse contexto, torna-se essencial garantir segurança jurídica e previsibilidade ao produtor rural, permitindo que decisões sejam tomadas com respaldo técnico e financeiro.

A proposta apresentada pelo setor produtivo, com apoio da bancada ruralista, contempla medidas estruturantes como a destinação de R\$ 25 bilhões para equalização de juros, a aplicação de 1% do valor total do Plano Safra (R\$ 5,99 bilhões) para subvenção ao seguro rural e a regulamentação de um Fundo de Catástrofe. Tais iniciativas visam não apenas evitar a interrupção do crédito rural — como ocorrido recentemente —, mas também garantir proteção diante de eventos climáticos extremos que vêm se intensificando, especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul e o Centro-Oeste.

Além disso, a criação de uma política agrícola plurianual, nos moldes da Farm Bill norte-americana, proporcionará estabilidade orçamentária e planejamento de longo prazo ao setor, reduzindo a vulnerabilidade dos produtores às variações políticas e econômicas anuais.

Cabe destacar que o atual modelo de financiamento agrícola está defasado e precisa ser modernizado com foco na desburocratização, digitalização e alinhamento com as necessidades reais dos produtores. A ausência dessas medidas compromete diretamente a competitividade do agronegócio brasileiro, com reflexos na produção de alimentos, no abastecimento interno, na geração de empregos e nas exportações de commodities.

Diante da relevância econômica, social e estratégica do tema, é fundamental promover amplo diálogo com representantes do setor produtivo, especialistas em política agrícola, instituições financeiras e o Poder Executivo.



Esse debate é indispensável para assegurar que as reformas propostas contribuam efetivamente para um ambiente de negócios mais seguro, eficiente e sustentável no campo.

Solicito, portanto, que este requerimento seja submetido à apreciação dos membros desta Comissão, para que possamos agendar a realização da Audiência Pública no mais breve prazo.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)

